

PAULO PRADO, MODERNISMO E GERAÇÃO DE 70

CARLOS EDUARDO ORNELAS BERRIEL
(UNICAMP)

"Quem daqui a meio século estudar a obra de Paulo Prado se espantará decerto ao ver seu nome associado, ao mesmo tempo, ao Movimento Modernista e ao Departamento Nacional do Café."

Gilberto Freire, citado por Ernani Silva Bruno em "A tristeza do Povo, o assunto de Paulo Prado", *Folha de São Paulo*, 25/9/1981

"Curioso este caso de uma vanguarda político-cultural à sombra de uma situação oligárquica, que a aceitou e a apoiou."

Antonio Candido, Prefácio a "*Mário de Andrade por ele mesmo*", de Paulo Duarte.

O presente texto, redigido a partir de alguns aspectos de minha tese de doutoramento¹, abordará questões da gênese histórica -- as circunstâncias concretas e o âmbito pessoal -- que permitiram o desenvolvimento da obra de Paulo Prado. Trata-se de um dos nomes menos conhecidos do Modernismo brasileiro, autor de dois volumes de ensaios históricos, *Paulística* (1925) -- uma coletânea dedicada à história de São Paulo -- e *Retrato do Brasil -- Ensaio sobre a Tristeza Brasileira* (1928), sua principal obra e largo ensaio sobre a formação da nacionalidade. Paulo Prado integra uma linhagem que contará, em imediata sucessão, com os nomes de Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. -- aliás todos estes vinculados pessoalmente de alguma forma a ele. Em certo sentido, Paulo Prado inicia o ensaísmo de 30.

Apesar de não possuir até 1922 qualquer produção intelectual digna de nota, Paulo Prado foi o principal idealizador da Semana de Arte Moderna. Seu papel central naquele evento está atestado pelos depoimentos de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, entre outros. É preciso superar a idéia, difusa, de ter sido Paulo Prado apenas o *mecenas* do movimento,

¹ *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. IEL-UNICAMP, 1984.

empenhado em comprar com o dinheiro fácil do café a companhia alegre e prestigiosa dos iconoclastas de 22.

A relação dele com a Semana foi muito mais complexa: fez parte de um cálculo bastante assentado que juntava cultura e política, e suas referências vêm de longe, sendo parte de uma articulação mental com origens na experiência da Geração de 70 da literatura portuguesa, e encontra similitudes tanto com as exposições francesas de arte moderna quanto com as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, de 1871.

As idéias de Paulo Prado, que ganharam dimensão com o Movimento Modernista, eram bastante amplas, e o mais intrigante é que só serão desenvolvidas *a posteriori* da Semana. Muitas coisas se passaram de modo inusual com este autor: seu primeiro ensaio histórico (“O Caminho do Mar”), cuja redação principia em fevereiro de 22, já é o resumo prévio de tudo o que virá a escrever na sua curta trajetória de ensaísta de história. Podemos, portanto, considerá-lo como resumo e ao mesmo tempo como programa para realização futura.

Há na obra de Paulo Prado um elemento que é raro no Brasil: a presença de um corpo de idéias geradas no interior de uma família, idéias que têm continuidade e são desdobradas a partir de um núcleo temático -- o que ajuda, neste caso, a configurar sua dimensão oligárquica e aristocratizante. A originalidade não reside nesta condição básica de classe, mas sim nos dois elementos pressupostos: o primeiro, por ser um pensamento organizado com certo rigor ideológico, com coerência interna, e em segundo pelo fato deste pensamento ter continuidade, desdobrar-se e ter efetiva função social.

Esta constatação aponta para a relação intelectual que existiu entre Paulo Prado e seu tio Eduardo -- que abriu para ele as idéias da Geração de 70 de Portugal, e somou ainda a estas idéias um certo montante próprio de concepções sobre a história do Brasil. Averiguamos que ela está em relação direta e íntima com estes autores, que vieram muito antes dele, mas que com ele mantiveram relação pessoal e, em mais de um caso, familiar. A série destes autores é notável: Eça de Queirós, Oliveira Martins, Olavo Bilac, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, para ficarmos apenas na geração anterior à de Paulo Prado. A análise detida de sua obra pode demonstrar que Paulo Prado foi herdeiro direto de idéias deste grupo, embora tenha efetuado uma seleção com marca pessoal do que lhe servia da obra destes autores. Mas sem eles -- *isto é fundamental* -- Paulo Prado não teria elaborado as idéias sobre o Brasil que afinal elaborou. Entretanto, apesar destas considerações, Paulo Prado foi um autor original. Lembremos que nosso autor inicia a parte apreciável de sua obra apenas aos 53 anos de idade, no momento mesmo da

Semana de Arte Moderna, mas então aquilo que podemos chamar de núcleo de seu pensamento já está pronto.

A família Prado, que foi sob vários aspectos a mais importante e representativa do ciclo do café, realizou sua ascensão durante o Segundo Império (1840-1889), e sua história particular reflete o próprio desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo.² Sua história está ligada de modo exemplar à própria história do complexo cafeeiro, principalmente o do Oeste Paulista, que a partir de 1870 conheceu grande desenvolvimento e transformou as áreas de “terra roxa” no principal pólo dinâmico da economia brasileira. Uma análise deste período constataria que a oligarquia cafeeicultora brasileira esboçou um perfil de burguesia clássica, e neste processo de se tornar efetivamente classe dominante, de forma gradual vai construindo um programa político-econômico que, ao ser posto em prática, alterou o trilho da própria história do país. Abolição do trabalho escravo, construção de estradas de ferro, a própria queda da Monarquia e a conseqüente proclamação da República são assim, dentro de um complexo sistema, expressão de uma classe que se auto-reconhece e age conforme um interesse enunciado.

No caso brasileiro e, especificamente, na vida do baronato cafeeicultor, não se trata de um *capitalismo verdadeiro* -- já que não é industrial -- mas de um projeto nacional que, nascido da atividade monocultora e exportadora, sonha com a autonomia clássica. Há aqui um equívoco, um erro de avaliação quanto às suas próprias possibilidades históricas, que a aristocracia do café verá ser desfeito com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, com a Revolução de 30 e os resultados da guerra civil de 32.

A burguesia cafeeicultora, ao sonhar sua emancipação, esboçou a sua própria cultura. Se no início contentou-se em ser contemporânea da forma menos esforçada, o que significava acertar o passo com a vida cultural européia -- o Teatro Municipal de São Paulo resume o dito -- mais tarde ela buscará nada menos que a originalidade, erigindo suas idiossincrasias, seus presumidos característicos étnicos e um putativo primitivismo nacional em pontos nodais de sua particularidade, como momentos insofismáveis da realização de sua universalidade. Este será o momento de Paulo Prado, e será o momento do Modernismo paulista.

Eduardo Prado, seu tio mais jovem, era um intelectual refinado e mundano, que cultivava boas relações e possuía residência permanente em Paris. Foi, ao que se diz, o modelo da personagem Jacinto de Thormes, de *A*

² Ler, a este respeito, o trabalho de Darrel E. Levy, *A Família Prado*, São Paulo: Cultura 70-Livraria e Editora S/A, 1977.

Cidade e as Serras, de Eça de Queirós. Fazia parte do célebre cenáculo de escritores portugueses e brasileiros, que residiam ou circulavam freqüentemente pela França, e que era composto pelo próprio Eça de Queirós, por Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, pelo Barão de Rio Branco, e ainda Magalhães de Azevedo, Olavo Bilac, Graça Aranha, José Veríssimo, Domício da Gama e, esporadicamente, por Joaquim Nabuco e Olavo Bilac.

O local de reunião podia tanto ser a residência de Eduardo quanto a casa de Eça, em Neuilly -- na intimidade da qual Paulo Prado foi imediatamente introduzido pelo seu tio. O outro local destas reuniões era o já referido apartamento de Eduardo Prado.

A reunião sistemática deste grupo propiciou que algumas relações significativas fossem travadas. Foi neste apartamento que Eça de Queirós encontrou Martinho Botelho, que viria a ser seu companheiro na *Revista Moderna*, editada em Paris. Ali também conheceu Joaquim Nabuco, que fugia da primeira fase republicana no Brasil. Eça dirigia nesta ocasião a *Revista de Portugal*, que abria suas páginas para a campanha monarquista e anti-republicana de Eduardo Prado, e cujos artigos serão mais tarde reunidos nos volumes intitulados *Collectaneas*³.

Na verdade, a discussão sobre temas brasileiros -- a atualidade política, o sentido da história nacional, as virtualidades do futuro do país, a desejada volta da Monarquia -- tudo isto marcava o grupo e era ao mesmo tempo um elemento agregador. Se cada um deles desenvolvia uma concepção mais ou menos própria do Brasil, coincidiam entretanto na inclinação aristocrática e monarquista -- com a evidente exceção, para a segunda característica, de Olavo Bilac -- e quase sempre com uma acentuada marca renaniana. De cada um Paulo Prado guardou referências, às vezes uma noção explicativa do Brasil -- e às vezes muito mais do que isso.

Em mais de um momento Paulo Prado trabalhará o tema da relação dos brasileiros com a Europa -- relação marcada inicialmente pela subordinação no plano da imaginação -- e a subsequente descoberta do próprio país na terra estrangeira. Depondo sobre o seu próprio interesse pela história do Brasil, diz que

³ Eduardo Prado foi o mais constante colaborador brasileiro da *Revista de Portugal*, e o tema abertamente monarquista e militante de seus artigos causaram problemas a Eça, inclusive com relação ao republicano Teófilo Braga. Mais tarde, em 1980, Eça desejou livrar-se da publicação e a ofereceu a Eduardo Prado, que dispôs-se a pagar generosa soma -- justamente o fator que levou Eça a desistir da transação. O que não impediu que outra década e outras injunções criassem a *Revista do Brasil*.

a mim chegou-me tarde esta revelação... Mais moço, só a Europa nos interessava: era a terra prometida dos nossos sonhos. (...) Éramos assim: a Literatura e o Romantismo, criadores de idéias falsas, tudo deturpavam e tudo envenenavam. Se nosso sentimento era brasileiro, a imaginação era européia, como tão finamente disse Nabuco.⁴

Figurava a Paulo Prado, em 1925, que o Romantismo era criador de idéias falsas, assim como aquilo a que denomina “Literatura”. Enquanto pensamento, o romantismo seria o trilho de baixa espiritualidade a conduzir a inteligência nacional para longe dos problemas da realidade. As soluções construídas pelo Romantismo, que erigiram temas brasileiros, expressariam, no máximo, algo assim como um sentimento viajante.

Literatura, Romantismo e dissociação da realidade serão, para Paulo Prado, referenciais permanentes. Mas estas balizas, que em si nada representam em termos de originalidade, ouviu-as freqüentemente no círculo parisiense ao qual assistia.

A Geração de 70, com a qual Paulo Prado privou já na fase em que eram os Vencidos da Vida, formou-se num momento em que o Liberalismo já estava institucionalizado e consolidado em Portugal. Não foi de pouca monta o desprezo que a Geração de 70 desenvolveu com relação aos adeptos da Revolução de 1820, chamados de *liberais do Porto*. Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*, sintetiza esta opinião ao escrever o capítulo concernente a este episódio, nele apenas salientando a impressão de ridículo provocada na opinião dos contricantes.

Tornou-se moda -- diz ele -- escarnecer da revolução de 1820, pela sua fraqueza, pelas suas ilusões, sobretudo pelo seu mau êxito. Os democratas **pé-de-boi**, gravemente hirtos nas suas gravatas altas (...) solenes nos modos, afogados em rapé, couraçados de direito romano, e tratando os velhos monarcas por **senhores reis**, formaram um tipo de que muitos riram, e riem.

Observe-se que Oliveira Martins não hesita em coletar impressões de acentuado subjetivismo, verdadeiras caricaturas, como material de primeira qualidade para a reconstituição histórica -- recurso metódico ao qual Paulo Prado não ficará indiferente.

Alexandre Herculano, de modo similar, adota opinião despreziva sobre estes liberais, e é citado por Oliveira Martins:

Mandaram (disse Herculano) a D. João II e D. João III, nos seus túmulos, o código do absolutismo e a bula da Inquisição. Queimaram profusamente a cera e o

⁴“Prefácio” de *Paulística*, 1a. edição.

azeite em iluminações brilhantes, vestindo-se de briche nacional, horrorosamente grosseiro e bastante caro. Foi um tiroteio de banquetes, procissões, foguetes, discursos, arcos de triunfo, revistas, tedéu, eleições, artigos de jornais e salvas de artilharias. Todos os dias havia novas festas, e babavam-se por elas. Era um salseiro de hinos, sonetos, canções dramas, cortes de fato, e formas de sapatos liberais. (...) Multiplicavam-se as lojas maçônicas: os tolos iam lá gastar dinheiro em honra do Supremo Arquiteto do Universo e os espertos comer-lho em honra do mesmo Arquiteto. Reuniram-se as cortes. Fez-se uma Constituição mais ou menos republicana mas inteiramente inadequada ao País. Repetiram-se, palavra por palavra, traduzidos em português, ou coisa semelhante, os discursos mais célebres do *Choix des rapports*, ou as páginas mais excêntricas de Rousseau e de Bentham. O povo espantava-se de se achar tão grande, tão livre, tão rico, em direito teórico: porque na realidade, nos fatos materiais, palpáveis, da vida econômica, as coisas estavam pouco mais ou menos na mesma.⁵

O *liberal do Porto* ficará assim marcado como um *tipo* pela geração de 70, um verdadeiro paradigma de negatividades, sempre apontando para a incapacidade de tratar a realidade em sua dimensão prática e razoável. Esta imagem perdurará na memória e na imaginação de Paulo Prado, e quando iniciar seu trabalho de história e crítica da vida brasileira, sempre terá em mente o modelo português e buscará seu similar nacional -- o que, convenhamos, não será tarefa particularmente difícil. Estavam à sua disposição o político de retórica *balofa* e roçagante, o poeta de coreto, áulicos e nefelibatas, os incapazes em geral de transformar o Brasil em ponto de partida e chegada de uma reflexão útil ou de qualquer formulação original. A crítica a este contingente será notória como formulação modernista, mas na fase em que Paulo Prado convive com Eça, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, Portugal contava com um Parlamento regular e uma ideologia oficial "progressista", que saudava o desenvolvimento material da economia. Mas a estagnação geral era a nota dominante. Apesar de certa prosperidade efêmera da grande burguesia rural, a situação cultural, o nível de consciência e as condições de vida do povo permaneciam inalterados. O mesmismo definia a existência, e a conciliação diluidora perdurava enquanto padrão dominante da vida social. Grandes setores da sociedade ficavam à margem do sistema, enquanto o campesinato seguia como massa de manobra dos partidos governantes. Saraiva e Lopes observam que

ainda que os descontentes, a oposição virtual ao regime, nem sempre representavam forças renovadoras, mas sobrevivências declinantes, formas de

⁵Oliveira Martins, *História De Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, Editor Francisco Lyon de Castro, s/d, pag.181.

produção condenadas pela nova tecnologia. Destas condições resulta, na literatura, a academização e o formalismo.⁶

Será dentro deste quadro que se formará aquele montante de idéias e de posições que caracterizou a Geração de 70. Esta consciência encontrará na visão de uma Europa mais adiantada um elemento decisivo. Em conhecido artigo publicado em 1897 pela *Revista Moderna*⁷, Eduardo Prado expôs sua convicção de que

Eça de Queiroz pertence a uma geração portuguesa que, na sua mocidade, enchia-se de emoção com a mudança de um ministério sob o regime do Segundo Império e que, às vezes, não sabia os nomes dos homens que em Lisboa estavam governando Portugal. Chorava lágrimas de desespero com a perda da Alsácia e da Lorena e ignorava até que, pelo seu desleixo, Portugal estava, então, a perder ele mesmo, em África, territórios do seu velho patrimônio e que eram dezenas, centenas de Alsácias e de Lorenas próprias e não alheias. Apagada a memória das afrontas napoleônicas, parecia nada dizer a esses portugueses a vista dos seus monumentos patrióticos mutilados, destruídos, os ossos de seus reis e dos seus heróis profanados e dispersos, e o túmulo da linda Inês violado. Tudo fôra perdoado, tudo esquecido. Por virtude cristã? Não: por um entorpecimento aparente e invencível da fibra patriótica, por um fenômeno talvez único: o de um povo que se desnacionalizava.

Este tema da desnacionalização de um povo, como aspecto da incapacidade mental de uma sociedade em tratar com a realidade ela mesma -- incapacidade que podia ser chamada de romantismo -- é recorrente na Geração de 70, assim como o é em Eduardo Prado e será mais tarde em Paulo Prado. Do que tratamos aqui, essencialmente, é que a crítica particular desenvolvida pela Geração de 70 para as mazelas de sua história fornecerá, aos Prado, referenciais, temas, motivos, angulações e expressões que por empréstimos usarão para idêntica função com relação à vida brasileira.

Se existe um documento literário que possa sintetizar a discussão do cenáculo parisiense sobre o Brasil, e que ao mesmo tempo mantenha os referenciais característicos da Geração de 70 sobre as mazelas da vida portuguesa, este é a "Carta a Eduardo Prado", datada de 1888, e que consta da *Correspondência de Fradique Mendes*⁸. Esta personagem, que é uma extensão da personalidade literária de Eça de Queirós, exprime uma opinião que por sua

⁶ SARAIVA, António José, e LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, 1985, 13a. ed. corrigida e atualizada.

⁷ PRADO, Eduardo. "Eça de Queiroz - O passado e O presente", in *Eça de Queirós visto por seus contemporâneos*. Prefácio e José Trêpa, Porto/Lisboa, Lello & Irmãos, 1945.

⁸ Eça de Queirós, *Correspondência de Fradique Mendes*, in *OBRAS de EÇA DE QUEIRÓS*, Edição do Centenário vol. VI, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1947, pg.522 ss.

vez é também uma extensão daquela adotada pelo próprio autor; revela algo assim como uma opinião condensada, resultado depurado e assentado das conclusões informais das tertúlias do grupo. Bem lida esta carta, saltará aos olhos do leitor atual o poder de permanência da mesma, que 34 anos antes da Semana de Arte Moderna já agitava determinadas noções perfeitamente centrais para o Modernismo.

Para Fradique Mendes, que voltava então de uma viagem de reconhecimento pelo Brasil às vésperas da Proclamação da República -- que ele anuncia -- e no momento mesmo da Abolição da Escravatura -- que ele desconhece --, padecia o país de dois males de mocidade: o ouro e o regime colonial. O povo brasileiro -- livre, curado, forte, em pleno viço no começo do século XIX -- poderia ter fundado a “*civilização especial*” que quisesse nesta ocasião. Pelo seu gosto, o Brasil deveria ser um povo rural, pela índole que o governava e por tudo ao redor dele. Seu desejo é o de que o

Brasil, desembaraçado do ouro imoral, e do seu D. João VI, se instalasse nos seus vastos campos, e aí quietamente deixasse que, dentro da sua larga vida rural e sob a inspiração dela, lhe fossem nascendo, com viçosa e pura originalidade, idéias, sentimentos, costumes, uma literatura, uma arte, uma ética, uma filosofia, toda uma civilização harmônica e própria, só brasileira, só do Brasil, sem nada dever aos livros, às modas, aos hábitos importados da Europa. O que eu queria (e que constituiria uma força útil no Universo), era um Brasil natural, espontâneo, genuíno, um Brasil nacional, brasileiro, e não esse Brasil que eu vi, feito com velhos pedaços da Europa, levados pelo paquete e arrumados à pressa, como panos de feira, entre uma natureza incongênere, que lhe faz ressaltar mais bolor e as nódoas.⁹

⁹ Esta idéia, de alto recurso evocativo, que delineia um Brasil desnordeado na constituição de seus referenciais culturais, e daí, de modo caracteristicamente colonial, copia as representações mentais metropolitanas, retornará como tópico em momentos centrais do pensamento modernista, notadamente com Mário de Andrade.

Em 1925, tratando numa entrevista da questão do binômio ruptura-tradição, Mário cria ser o maior problema atual do Brasil o “acomodamento da nossa sensibilidade nacional com a realidade brasileira, realidade que não é só feita de ambiente físico e dos enxertos de civilização que grelam nele, porém comportando também a nossa função histórica para conosco e social para com a humanidade.” Daí então que “Nós só seremos de deveras uma Raça o dia em que nos tradicionalizarmos integralmente e só seremos uma nação quando enriquecermos a humanidade com um contingente original e nacional de cultura.” E esta tarefa Mário atribuía integralmente ao Modernismo. Como evidência de tal, bastava “ver a maneira com que já matamos a melancolia de nós mesmos, essa coisa medonha criada pelo desacomodamento com a realidade ambiente. O modernista brasileiro matou a saudade pela Europa, a saudade pelos gênios, pelos ideais, pelo passado, pelo futuro (...). O modernista brasileiro vive, não revive. Por isso o soneto conceituoso e o poema evocativo morreram. E porque ‘vivemos’, necessariamente estamos vivendo o Brasil que é nossa terra, família, presente e tradição. Isso é muito importante: sentir e viver o Brasil não só na sua realidade física mas na sua emotividade histórica também.” Esta capacidade de *sentir* de um modo particular brasileiro os fenômenos da vida nacional indicariam, dentro deste raciocínio,

Fradique Mendes desenvolve uma concepção bastante idealizada e romântica do período inicial da vida norte-americana, em aberto elogio desta fase artesanal e de acumulação primitiva, para servir de termo de comparação com a situação brasileira. Por este recurso, passa a recomendar para o Brasil uma vida simples, forte, original, como a dos Estados Unidos antes do Industrialismo, do Mercantilismo, do Capitalismo, do Dolarismo;

“quando então os colonos eram puritanos e graves, quando a instrução e a educação residiam entre os homens da lavoura; quando os poetas e moralistas habitavam casas de madeira que as suas mãos construíram; quando, então, a charrua enobrecia, os grandes médicos percorriam a cavalo as terras, governadores e presidentes saíam de humildes granjas; as mulheres teciam os linhos de seus bragais e os tapetes de suas vivendas, a singeleza das manciças vinha da candidez dos corações; os lavradores formavam uma classe que, pela virtude do saber, pela inteligência, podia ocupar nobremente todos os cargos do Estado; quando, então, a nova América espantava o mundo pela sua originalidade, forte e fecunda.

É evidente que esta reconstituição idílica e idealizada da vida americana pré-industrialização, com referência à reserva moral tipo Abraham Lincoln (e que lembra alguma coisa do regressivismo anti-industrialista de Thoreau), apesar da retórica chã, não é ingênua, e busca um objetivo bem claro: a apologia da família patriarcal, rural, virtuosa - e que não deixava de ser a imagem da própria família de Eduardo Prado.

Fradique Mendes continua com uma indagação retórica: que fizeram os brasileiros ao invés de terem escolhido esta existência que daria ao Brasil uma civilização sua, própria, genuína, de admirável beleza e solidez?

“Apenas as naus de D. João VI sumiram, os brasileiros, senhores do país, abandonaram os campos, correram a apinhar-se nas cidades, romperam a copiar tumultuariamente a civilização européia no que ela tinha de mais vistoso e copiável. O Brasil ficou coberto de instituições alheias, quase contrárias à sua índole e ao seu destino, traduzidas às pressas de velhos compêndios franceses. (...) Os velhos e simples costumes foram abandonados com desdém: todos queriam a coroa de barão, enquanto as mulheres derretiam com roupas de veludo.”

a superação daquilo que Mário chamava de “moléstia-de-Nabuco”, a qual definia assim: “Não tem moléstia-de-Chagas? Moléstia-de-Nabuco é isso de vocês andarem sentindo saudade do cais do Sena em plena Quinta da Boa Vista (...). Estilize a sua fala, sinta a Quinta da Boa Vista pelo que é e foi e estará curado da moléstia-de-Nabuco.” Conf. ANDRADE, Mário, - 1925 - “Assim falou o Papa do Futurismo”, in *Entrevistas e Depoimentos*. Org. Telê Porto Ancona Lopes, São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.

Este tema será retomado por Paulo Prado no “Prefácio à Poesia pau-brasil”, conduzindo ao tema da descoberta do Brasil pelos intelectuais brasileiros quando de suas viagens a Paris, numa retomada da crítica aos portugueses.

Evidentemente, trata-se de uma visão extremamente idealizada do que os costumes mais próprios da terra, e repete-se o elogio enviezado dos hábitos presumidos das antigas famílias ligadas à terra; advinha-se, na verdade, as virtudes naturais da oligarquia do café.

Mas Fradique Mendes atribui a esta virada de costas do “brasileiro” às sugestões espirituais da terra uma conseqüência de ordem física: “*toda uma surda deterioração da raça*”, alastrada pelas doenças das velhas civilizações (“*as tuberculoses, as infecções, as dispepsias, as nevroses*”).

A arbitrariedade deste juízo progride até o estado de pura afetação, quando Fradique Mendes afirma que o Brasil ia se tornando “*tão enfezado como a Europa, que tem 3.000 anos de excessos, 3.000 anos de ceias e de revoluções!*” Assim,

Bem cedo, do generoso e velho Brasil nada restou: nem sequer brasileiros, porque só havia doutores -- o que são entidades diferentes. A nação inteira se doutorou. Do Norte ao Sul, no Brasil, não há, não encontrei senão doutores! Doutores com toda a sorte de insígnias, espada, comando soldados; doutores, com uma carteira, fundando bancos; doutores, com uma sonda, capitaneando navios; doutores, com um apito, dirigindo a polícia; doutores, com uma lira, soltando carmes; doutores, com um prumo, construindo edifícios (...) Uma tão desproporcionada legião de doutores envolve todo o Brasil numa atmosfera de doutorice.

O que seria então, para Fradique Mendes, a prática da “doutorice”? Seria

desatender as realidades, tudo conceber a priori e querer organizar e reger o mundo pelas regras dos compêndios. A sua expressão mais completa está nesse doutor, ministro do Império, que em todas as questões públicas nunca consultava as necessidades da Nação, folheava com ansiedade os livros, a procura o que, em casos vagamente parecidos, Guizot fizera em França, Pitt na Inglaterra. São esses doutores brasileiros que, cada dia, mais desnacionalizam o Brasil -- diz Fradique --, lhe matam a originalidade nativa, com a teima doutoral de moralmente e materialmente o enfardelarem numa fatiota européia feita de francesismo, com remendo de vago inglesismo e de vago germanismo.

O montante “crítico” da carta de Fradique/Eça é evidentemente referido ao processo mental de subordinação que impede a plena emergência histórica do “brasileiro” -- uma vaga categoria histórico-cultural que tem dívida com Michelet, com Taine, com Renan e com tantas outras teorias históricas em voga na época. A dita subordinação mental está referida, não obstante, aos padrões culturais europeus, desde que tomados superficialmente. Assim, este “doutor”, como emblema desta atitude, é um romântico em acepção estreita, é o “liberal do Porto” conforme a experiência histórica -- vista sob ângulo particular - demonstrou na vida portuguesa após 1820, e que Fradique/Eça transfere e

traduz para o Brasil, e em cuja atitude será referendado e continuado por Paulo Prado, quando da elaboração de sua obra na década de 20. Este “doutor”, aliás, como caricatura de um certo colonialismo mental, sobreviverá inclusive no “Manifesto da Poesia pau-brasil” de Oswald de Andrade:

O lado doutor. Fatalidade do primeiro branco aportado e dominando politicamente as selvas selvagens. O bacharel. Não podemos deixar de ser doutos. Doutores. País de dores anônimas, de doutores anônimos. O Império foi assim. Eruditamos tudo. Esqueçcemos o gavião de penacho.

Trata-se da intacta figura elaborada por Oliveira Martins e pela Geração de 70, trasladada para a experiência brasileira e tornada pública pelo modernismo na sua expressão mais iconoclasta.

De qualquer modo, o que emerge daqui é o desejo de emancipação mental do tipo brasileiro -- o desejo de perder o complexo de inferioridade ao qual Antonio Candido se refere¹⁰ -- e esta emancipação equivale à transformação da vida nas fazendas brasileiras em paradigma da emancipação nacional, nos moldes em que coisa vem sendo tratada. O Brasil, se viesse a existir enquanto entidade cultural autônoma, nasceria do padrão da vida familiar rural. Tudo isto é muito vago em termos conceituais, mas contundente se a leitura for feita por segmento oligárquico brasileiro que pode tomar a peito tal empreendimento -- a constituição de uma vida “autenticamente nacional” -- desde que veja em tal gesto índice de legitimação e ampliação de seu poder.

Assim, Fradique Mendes julga que o livre gênio da Nação é falseado, torcido, contrariado na sua manifestação original das seguintes formas: na política, pelas doutrinas da Europa; na literatura, pelas escolas européias; na sociedade, pelas modas de mesma origem. Intelectualmente, o Brasil seria ainda uma colônia do Boulevard. Letras, ciências, costumes, instituições, nada disso é nacional; tudo vem de fora, em caixotes, pelo pacote de Bordéus, de sorte que este mundo que orgulhosamente se chama o Novo Mundo é na realidade um mundo velhíssimo, e vincado de rugas, dessas rugas doentias que nos deram, a nós, vinte séculos de literatura.

Existem nesta afirmação alguns pressupostos extremamente interessantes.¹¹ O primeiro, o de que a Europa era um mundo velho, doente,

¹⁰ Antonio Candido considera que “O nosso modernismo importa essencialmente, em sua fase heróica, na libertação de uma série de recalques históricos, sociais, étnicos, que são trazidos triunfalmente à tona da consciência literária.” *Literatura e Cultura de 1900 a 1945* (Panorama para estrangeiros) in *Literatura e Sociedade*, S.Paulo, Cia. Editora nacional, 5a. ed., 1976, p.119.

¹¹ Observe-se que para Fradique/Eça, os indicativos da situação colonial do Brasil residem exclusivamente na esfera da representação mental, sem qualquer referência às condições materiais de vida do país. Trata-se de uma prática perfeitamente própria de uma aristocracia do espírito

talvez esgotado; esta idéia, em grande voga então, faz parte da concepção mais geral da história européia desenvolvida pela geração de 70, principalmente sobre a própria história da Península Ibérica, e chegará com extrema força até o Modernismo brasileiro -- e aí a referência já será Spengler e Keyserling. Porém, haverá indubitavelmente uma sobrevivência da herança teórica de Eça de Queirós e de Oliveira Martins relativa a esta questão, e a obra de Paulo Prado é a prova deste argumento.

Já o segundo pressuposto é o de que a velhice do "Velho Mundo" -- ou do "Novo", tanto faz, já que se trata de matriz e cópia -- é um produto da literatura. A literatura seria a causadora da senilidade da civilização européia. Afirmção arbitrária, sem dúvida, e gerada por um idealismo com sinal trocado: trata-se de uma versão *sui generis*, que no mesmo gesto em que afirma ser a história um produto exclusivo do movimento do espírito -- a literatura, por exemplo --, afirma também ser esta mesma manifestação do espírito causadora de velhice precoce, de uma doença a ser evitada. E uma esclerose, portanto, que o Brasil traz para si, ao importar a literatura e as idéias européias.

Percorri todo o Brasil à procura do novo, continua Fradique Mendes, e só encontrei o velho, o que já é velho de cem anos na nossa Europa as nossas velhas idéias, os nossos velhos hábitos, as nossas velhas fórmulas, e tudo mais velho (...). Sabe o que parecia (...)? Que por todo o Brasil se estendera um antigo e coçado tapete, feito com os remendos da civilização européia, e recobrimdo o tapete natural e fresco das relvas e das flores do solo (...). E haverá remédio para tão duro mal? Decerto! Arrancar o tapete sufocante. Mas que Hércules genial empreenderá esse trabalho santo? Não sei.

Esta indagação, se tomada a sério, coloca um programa cultural para Brasil. Afinal, como imagem, retirar o tapete sufocante da velhice da civilização européia para descobrir a natureza brasileira, tornada neste gesto matriz para uma nova cultura e uma arte original - isto é um programa estético, é ponto de partida possível para um movimento literário.

Finalmente, Fradique Mendes chega à parte propriamente programática de sua carta, na qual declara crer que o Brasil possui ainda uma chance de se reencontrar numa vida nacional e só brasileira:

como a dos membros deste grupo, mas que será superada por Paulo Prado ao seu tempo, à medida que anexar a estas preocupações sobre autonomia cultural outras de ordem econômica - aliás já praticada por sua família. Paulo Prado fará assim a síntese possível de todas estas instâncias; o seu índice de anacronismo deve-se em grande parte em ter este grupo -- a geração de 70 -- como sua principal referência, e o índice de contemporaneidade poderá estar na síntese operada por ele de todos os elementos da vida social -- o que inclui o recurso ao método impressionista -- aliás, nem tão contemporâneo assim.

Quando o Império tiver desaparecido e, a seu turno, vier essa República jacobino-positivista que já lateja nas escolas e que os doutores de pena não-de necessariamente fazer, de parceria com os doutores de espada; quando tal república murchar como planta colocada artificialmente sobre o solo e sem raízes nele desaparecer de todo, levada pelo vento europeu e doutoral que o trouxe; quando, de novo, sem luta, e por uma mera conclusão lógica, surgir no Paço de S. Cristóvão um novo Imperador ou Rei; o Brasil nesse momento tem uma chance de se desembaraçar do “tapete europeu” que o recobre, o desfeia, o sufoca. A chance está em que o novo Imperador ou Rei seja um moço forte, são, de bom parecer, que ame a natureza e deteste o livro.

Para além desta afetada afirmação de fé monarquista, será dentro deste enquadramento, por assim dizer programático, que se deve entender a atuação posterior de Eduardo Prado, durante a década de 90, quando se empenha, tanto na *Revista de Portugal* quanto em seu próprio jornal, o *Comércio de São Paulo*, pela restauração monárquica.¹²

¹² Há toda uma correspondência de Eduardo Prado com Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins sobre este tema da restauração monárquica no Brasil, quando buscou contar com colaboração deste grupo no seu jornal. Apenas dois dias após a proclamação da República no Brasil, Ramalho Ortigão escreve uma carta a Eduardo Prado, até agora inédita, em que diz: “*Meu querido Prado - V. é bastante crítico, bastante filósofo e bastante parisiense para não ter sido excessivamente abalado com as notícias políticas que o telégrafo nos tem transmitido do Brasil, mas para os nossos amigos, que triste, que doloroso desapontamento! Quanto tenho pensado no Rio Branco, no Barão da estrela, no Barão de Penedo, no Visconde de Cavalcanti! Para eles a proclamação da República no Brasil é todo um mundo que se desconjunta, que se dissolve e que desaparece. Para mim, o caso estava há muito anunciado e previsto. A única coisa que me surpreendeu foi a simplicidade quase trágica com que se fizeram as coisas. Tenho vagos receios do que se pode seguir, principalmente se um partido imperialista se constituiu, e se homens de valor, cujo concurso é indispensável na formação do mesmo regime, amuarem, inutilizando-se completamente para a civilização e para o progresso de sua pátria, como fizeram em França os legitimistas. No fundo, confesso-lhe sinceramente que o sucesso desta revolução se me afigura um bem para o Brasil. O que se fez foi acelerar, com o mínimo de dispêndio e de perturbação, por meio de uma operação brasileiríssima e quase instantânea, a marcha dos acontecimentos que forçosamente tinha de advir. Se a alguma coisa, em história, se pode chamar progredir, é evidentemente a isso. Terapeuticamente considerando, este golpe é o mais científico. Desde que no corpo social, assim como no corpo de um indivíduo, se forma um abscesso que perturba as funções regulares da vida, esperar indefinidamente que o tumor resolva, à custa de depercimento progressivo do doente, é um erro grosseiro e perigoso.*” É possível que Eduardo Prado tenha convertido em sugestão o comentário de Ramalho Ortigão sobre a fundação de um “partido imperialista”, pois foi justamente a isso que se lançou com todo ímpeto e peso de sua bolsa. Adquiriu o *Jornal do Comércio* já em 1890, e buscou a colaboração de seus pares, conforme constatamos no seu copião de cartas. Tendo sido convidado a contribuir, Oliveira Martins responde em 23/12/1890: “Tenho o maior prazer em escrever para o seu *Jornal do Comércio* o estudo sobre a imigração portuguesa. É porém necessário saber que proporções querem que lhe dê e para que época o querem.” Sem dúvida, a “encomenda” deste artigo obedecia a uma visão já estabelecida entre os dois sobre o significado da imigração portuguesa. A

A questão imediata que surge após a leitura desta carta de Fradique Mendes é a de sua real autoria. Atribuindo-se mansa e pacificamente a redação ao próprio Eça, resta a indagação de se a sua própria experiência poderia ter gerado as idéias, o proto-programa cultural que nela existe. É sabido que Eça jamais esteve no Brasil e que suas informações partiam portanto de depoimentos de terceiros. É possível supor, então, que as idéias contidas na carta não fossem rigorosamente suas.

Sendo plausível este raciocínio, a hipótese mais lógica sobre a identidade de seus interlocutores sobre o Brasil passa a recair sobre o próprio Eduardo Prado e, ainda, sobre Ramalho Ortigão, que retornava então de sua viagem ao Brasil.¹³

A idéia é que o *retrato do Brasil* que Eça expõe pode ter sido sugerido por Eduardo Prado -- e esta hipótese, sendo verdadeira, confirmaria a natureza *cooperativada* da personagem Fradique Mendes. Aliás, Octávio Tarquínio de Souza disse que

foi uma admiração que levou Eça a julgar o Brasil segundo as opiniões e os preconceitos do amigo [Eduardo Prado], e a encarar, segundo as suas reações, os acontecimentos políticos que aqui se desenrolaram.

Quanto à questão, de particular interesse aqui, de o Brasil parodiar a vida cultural européia, esta sim constituía uma questão central para Eduardo Prado; mas também era verdadeira para Eça - afinal, era similar ao que dizia de Portugal, ao seu ver, um país traduzido do francês em calão.

Interessante é observar que a carta de Fradique (Eça, Eduardo Prado. Ramalho Ortigão) constitui um convite a um programa cultural, cuja entonação parte do Romantismo, pela sua parcela -- digamos -- nativista, mas que evidentemente, pela data e pelos parâmetros, vai para além desta escola. A vinculação imagética nega possibilidades indianistas, folclóricas, ao mesmo tempo em que aponta para as possibilidades geradas pelo concreto campo

contribuição de Oliveira Martins para este jornal foi mais além, trazendo artigos sobre "As Paredes Operárias", sobre "A Bolsa", etc. Eça de Queirós, também por cartas, instrui Eduardo Prado sobre aspectos técnicos e materiais. Foi justamente neste jornal que Paulo Prado estréia nas letras, conforme notícia Eduardo Prado na página 422 do primeiro volume de seu copiadador de cartas. Dirigindo-se a J.C.Rodrigues, seu secretário de redação, em 1/1/1892, diz: "(...) Notícias da Europa - São feitas pelo Paulo, a quem retribuo por minha conta e que está agora com vontade de trabalhar; se esta vontade durar e se der garantias de permanência poderá talvez servir-nos mais tarde. De hoje em diante acaba ele com o tal sistema do Nery de escrever a lápis, o que safa uma porcaria como você sabe e eu vi aí."(Documentos da Coleção Jorge Pacheco e Chaves/I.H.G.S.P.)

¹³ Ver artigo "Um acontecimento em 1887" de Brito Broca, in *Horas de Leitura - Primeira e Segunda Séries*, Org.Carlos Eduardo Berriel, Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

brasileiro, principalmente aquele da grande propriedade tradicional e cafeeira. Assim, reforça-se a incidência de Eduardo Prado sobre a natureza desta carta, e defrontamo-nos com uma exigência estética, que só poderá ser cumprida após o acúmulo da experiência de vanguarda européia, e a sua posterior absorção por uma geração de literatos e artistas brasileiros capazes de gerar um movimento nascido da simbiose destas vertentes: o tradicionalismo nacionalista e a ruptura experimental moderna. Estamos, assim, no vestibulo da Semana de 22. Estamos, sempre, falando de Paulo Prado.